



A CORRELAÇÃO ENTRE A SÍFILIS CONGÊNITA E ATENÇÃO À SAÚDE DA MULHER EM BOM JESUS DO ITABAPOANA - RJ

Maria Geovana T. de Carvalho Meireles (MEIRELES, M. G.T. C.) – mariaticmeireles@gmail.com¹
Lucas Ramos Crizostomo (CRIZOSTOMO, L. R.) – lucascrizostomo15@gmail.com¹
Kamila Helena Silva Alves (ALVES, K. H.S.) – kamila_helena@hotmail.com¹
Bianca Magnelli Mangiavacchi (MANGIAVACCHI, B. M.) – bmagnelli@gmail.com²
Tauã Lima Verdan Rangel (RANGEL, T. L. V.) – tauaverdan2309@gmail.com²

¹ Graduando(a) em Bacharelado em Medicina, Faculdade Metropolitana São Carlos - FAMESC, Bom Jesus do Itabapoana - RJ.

² Docente do Curso de Bacharelado em Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos - FAMESC, Campus Bom Jesus do Itabapoana - RJ.

Resumo

A sífilis gestacional é responsável por mais de meio milhão de natimortos e abortos anualmente no Brasil, tornando-a um dos problemas de saúde pública mais desafiadores. A Organização Mundial da Saúde (OMS) ressalta que aproximadamente meio milhão de crianças nasce, a cada ano, com sífilis congênita. Portanto o estudo da relação entre a sífilis congênita e atenção à saúde da mulher se faz importante na atualidade visando a implementação de políticas públicas voltadas a educação em saúde à mulher. Foi utilizado nesse estudo o método dedutivo utilizando as plataformas DATASUS, Scielo, Redalyc, Ministério da Saúde e Secretária Estadual de Saúde, que através de análises de dados, permitiu avaliar a relação entre a sífilis congênita, seus sinais e sintomas, e a saúde pública brasileira voltada à mulher. Pode-se estender a relação encontrada, nas fontes pesquisadas, ao município de Bom Jesus do Itabapoana, haja vista, que a associação entre condição socioeconômica, escolaridade e acesso à saúde pública aplica-se a todo o território nacional. Assim, a escolaridade apresenta relação direta com o conhecimento de métodos contraceptivos e as formas de transmissão da sífilis, bem como a possibilidade de transmissão vertical da infecção. A característica socioeconômica relaciona-se tanto à prevenção e tratamento, quanto ao acesso às políticas públicas, já que o alcance do atendimento em certas regiões não é homogêneo e integral. Dessa forma, o Sistema Único de Saúde deve agir segundo seus preceitos como prometido pela Lei nº 8.080. Soma-se a isso a implementação de políticas públicas educacionais em escolas e comunidades, com o objetivo informar sobre a prevenção e a gravidade da sífilis, principalmente entre os adolescentes. Além disso, programas de acompanhamento de gestantes devem ser criados para que haja a rápida identificação da infecção gestacional sem que haja consequências graves ao feto.

Palavras-chave: Infecções Sexuais. Sífilis Congênita. Saúde da Mulher.